



Para debatedores, escravidão persiste na desigualdade social



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ouvidos ontem em audiência, especialistas apontaram a necessidade de investir em educação e ações afirmativas para superar os efeitos da escravidão na sociedade

Professores, militantes do movimento negro e descendentes do abolicionista Joaquim Nabuco concordaram que o processo de abolição ainda não foi concluído no país. “O dia seguinte [à assinatura da Lei Áurea] nos alcança até hoje nas cadeias

e favelas do Brasil”, disse o professor e escritor Helio Santos. Para o senador Cristovam Buarque, a escravidão deixou de ser uma questão meramente racial e hoje está presente na exploração de mão de obra barata e na falta de acesso à educação, à saúde e à justiça gratuitas. **3**

“A abolição só será completa com educação igual para todos”, diz Cristovam Buarque (C), que coordenou o debate na Comissão de Direitos Humanos

Senado homenageará Campos em setembro

A sessão solene do Senado em homenagem pós-tumba ao ex-governador Eduardo Campos que seria realizada amanhã foi adiada para 2 de setembro. O adiamento foi pedido pelo líder do PSB, senador Rodrigo Rollemberg,

pois a sessão coincidiria com a reunião do partido para definição da nova chapa presidencial.

Rollemberg confirmou que Marina Silva será candidata a presidente e que o nome do vice será escolhido até amanhã. **2**

Celular ao volante pode gerar até um ano de detenção **3**

Avança proposta que repassa mais recursos a municípios **3**

especial Cidadania



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lojistas como Humberto Bezzato, do DF, estão habituados a ouvir pedidos de desconto de quem paga em dinheiro

Preço à vista diferenciado abre polêmica

Aprovada pelo Senado, proposta que busca permitir preço diferenciado para compras em cartão de crédito e em dinheiro abriu o debate sobre o custo dos

cartões de pagamento. O projeto visa garantir desconto para quem paga à vista. Comerciantes e entidades de defesa do consumidor têm opiniões divergentes. **4**

Senado Federal

Economia | Transparência | Fortalecimento do Legislativo

Comissão Diretora | Biênio 2013 - 2014

Saiba mais em:
<http://bit.ly/1nv6Zig>

SENADO FEDERAL



Rolleberg diz que PSB define vice de Marina até amanhã

Em Plenário, senador prestou homenagens póstumas ao ex-governador Eduardo Campos e anunciou mudanças na chapa presidencial do partido, que será encabeçada pela ex-senadora Marina Silva

MARINA SILVA SERÁ a candidata do PSB à Presidência da República, confirmou ontem, em Plenário, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF). O senador informou que até amanhã o partido vai definir quem ocupará a vaga de vice na chapa do partido na disputa da Presidência, que, com a morte de Eduardo Campos, será encabeçada por Marina.

Rolleberg fez uma homenagem ao ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto em acidente aéreo na última quarta-feira e que foi enterrado domingo no Recife. O senador lembrou a trajetória de Eduardo Campos, neto e herdeiro político de Miguel Arraes (1916-2005). O ex-candidato do PSB à Presidência começou a vida política em 1990, como deputado estadual pelo partido. Depois, foi deputado federal, secretário de estado e ministro da Ciência e Tecnologia no governo Lula. Em 2006, Eduardo Campos foi eleito governador de Pernambuco, reelegendo-se por larga



Rolleberg fala do desafio de continuar a luta travada por Eduardo Campos

margem em 2010, deixando o cargo em abril para disputar as eleições presidenciais.

Rolleberg sublinhou que, como deputado, Eduardo Campos se destacou pela grande capacidade de liderança e de articulação política. E, como governador, teve uma gestão marcada pela redução da criminalidade, pela atração de grandes empresas para Pernambuco, pela criação de 560 mil empregos entre 2007 e 2013 e pela melhoria na educação.

— Eduardo Campos, por

ironia do destino, faleceu no mesmo dia do seu avô Miguel Arraes. O PSB perde a sua maior liderança política, mas ganha o desafio de continuar a sua luta por um novo Brasil — disse.

Ruben Figueiró (PSDB-MS) também homenageou Eduardo Campos.

Para o senador, a morte de Campos o transformou em um herói da pátria, pela mensagem de amor e de defesa da elevação do nível de vida do brasileiro que ele deixou ao país.

Sessão de homenagem a Eduardo Campos é adiada

A sessão especial do Senado Federal destinada a homenagear Eduardo Campos que ocorreria amanhã, às 16h, foi adiada para o dia 2 de setembro.

O líder do PSB, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), informou que fez um pedido ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que adiasse a sessão, já que o horário coincidiria com reunião da Comissão Executiva Nacional do PSB para definir o nome do vice de Marina Silva.

— O vice nós vamos decidir amanhã. Tem um perfil já definido, tem que ser uma pessoa vinculada organicamente ao partido, da confiança de Eduardo Campos e com uma

boa relação com a candidata Marina — disse.

Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco e candidato do PSB à Presidência da República, morreu aos 49 anos. Ele era um dos sete ocupantes do avião que caiu em Santos (SP) na quarta-feira.

Renan Calheiros informou que vai propor a concessão da ordem do mérito do Congresso Nacional ao ex-governador Eduardo Campos. Em nota divulgada à imprensa horas depois do acidente em Santos, Renan afirmou que “o país sofre a dor coletiva da perda de uma das mais promissoras lideranças da política brasileira”.

“Ele era uma esperança”, afirma Fleury

Fleury (DEM-GO) se solidarizou com o povo de Pernambuco, em pronunciamento ontem. O senador disse que está orando pela família de Eduardo Campos e para que o Brasil possa revelar políticos como o ex-governador.

Fleury elogiou o “profundo conhecimento do setor rural” demonstrado pelo pessebeista. E confirmou presença na missa de sétimo dia, marcada por Rodrigo Rolleberg para as 12h15 de hoje, na Catedral de Brasília.

Viana divulga nota sobre trabalho de procuradores

Jorge Viana (PT-AC) divulgou nota de esclarecimento sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 26/2014, de autoria dele, que proíbe atuação de advogados e procuradores públicos na advocacia privada.

Em resposta à manifestação pública da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal



Marcos Oliveira/Agência Senado

(Anape), o senador afirma sempre ter respeitado os procuradores públicos, mas reitera considerar incompatível a defesa de interesses do Estado e a atuação em escritórios

privados de advocacia.

Viana lembra que a proposta recebeu apoio de outros 32 senadores e conclui dizendo que a medida visa ao fortalecimento da atividade.

Íntegra da nota

Atualmente já é proibido aos membros da Advocacia-Geral da União advogarem na iniciativa privada. A proposta de emenda à Constituição que estou apresentando apenas estende, para todo o país, a proibição existente na União e em alguns estados e municípios.

Sempre tive muito respeito por todos os servidores públicos concursados, como são os procuradores dos estados e do Distrito Federal. Inclusive, quando fui governador, fortaleci a Procuradoria do Estado do Acre e valorizei seus membros, que hoje já entram na carreira com a remuneração inicial de R\$ 18.607,38.

Justamente por eu entender que o procurador de estado exerce elevadas e relevantes funções, considero não ser possível que ele acumule ainda mais atribuições, responsabilidades e compromissos sendo advogado, também, na iniciativa privada.

Por fim, destaco que essa proposta de emenda à Constituição recebeu o apoio de outros 32 senadores, que, como eu, entendem ser necessário levar o tema para discussão da sociedade.

Respeito tanto a atividade dos procuradores que acho incompatível eles defenderem o interesse do estado numa parte do dia e na outra parte atuarem em escritórios privados de advocacia. Defendo o fortalecimento das procuradorias e dessa profissão tão nobre. Essa é a motivação da proposta de emenda à Constituição que estou apresentando para debater com a sociedade.

Jorge Viana (PT-AC)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos parlamentares na tribuna do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Em audiência pública ontem, analistas pediram mais investimentos em educação e ações afirmativas para combater o preconceito e os efeitos da escravidão ainda presentes no país

Debate aponta saídas para superar escravidão

PARA CONCLUIR O processo de abolição da escravatura no Brasil, é preciso investir em educação e no fim do preconceito racial. Essa foi a conclusão dos participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que debateu as formas de garantir a efetiva inclusão dos negros na sociedade e homenageou o abolicionista Joaquim Nabuco.

José Thomaz Nabuco Filho, neto do abolicionista, destacou a luta do avô por mais de uma década pela libertação dos escravos. O bisneto Pedro Nabuco apontou a instrução pública, a liberdade religiosa, a representação política e a reforma econômica e financeira entre as propostas do bisavô para consolidar a emancipação dos escravos no Brasil.

— Ele percebeu que o abolicionismo era a primeira etapa de uma universalização da cidadania e de um país verdadeiramente democrático.

Para o professor e escritor Helio Santos, o impacto dos 354 anos de cativeiro dos ne-

gros perdura no estigma do racismo e na desigualdade. Ele considera 14 de maio de 1888, logo após a decretação da Lei Áurea, como o “mais longo dos dias”, que começou quando os ex-escravos analfabetos ganharam a liberdade, sem dinheiro, sem terras e sem as mesmas oportunidades do imigrante europeu.

— O dia seguinte nos alcança até hoje nas favelas e cadeias do Brasil — afirmou.

Também na opinião do professor e militante do movimento negro Sergio São Bernardo, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), a escravidão ainda se perpetua no conceito mais amplo emprestado por Joaquim Nabuco.

— Não só no racismo, mas nas desigualdades regionais, na pobreza, na corrupção e em outras mazelas que nós conhecemos — explicou.

Mais iniciativas na área cultural foram reivindicadas pelo secretário da Cultura do Distrito Federal, Hamilton Pereira da Silva. Para ele, o país conduz um processo de crescimento econômico e avanços



Sionei Leão, Hamilton Pereira, Thomaz Nabuco, senador Cristovam, Sergio São Bernardo, Helio Santos e Pedro Nabuco na CDH

sociais e políticos que não repercutem culturalmente.

— Quantos pianistas negros conhecemos no Brasil e quantos conhecemos nos Estados Unidos?

Já a proposta de criação de um fundo nacional de combate ao racismo, a mobilização das mulheres negras e a atenção a determinadas doenças étnicas (negros têm mais predisposição ao glau-

coma) são avanços elencados pelo jornalista e militante Sionei Leão. Conquistas que, segundo ele, caminham junto ao aumento das denúncias de casos de crime racial.

— Em razão das políticas afirmativas e tantas conquistas, possivelmente a comunidade negra está mais propensa a denunciar as agressões.

Na análise de Cristovam Buarque (PDT-DF), a escravidão

deixou de ser uma questão meramente racial. A exploração de mão de obra barata com péssimas condições de trabalho e a falta de acesso à educação, à saúde e à justiça gratuitas também seria uma versão “moderna, desumana e imoral” de escravidão.

— Para mim, a abolição só será completa com o fim do analfabetismo, por meio da educação igual para todos.

Projeto cria pena para celular ao volante

Projeto de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) pode tornar mais duras as punições aos motoristas que usam o celular ao volante. Além de mudar a classificação da infração, de média para gravíssima, a proposta (PLS 71/2014) cria uma sanção penal para a conduta.

Na esfera penal, o projeto acrescenta o uso do celular ao artigo 311 do Código de Trânsito Brasileiro, que hoje pune apenas o trânsito em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de áreas como escolas, hospitais, estações de transporte público. A pena é a mesma: detenção de seis meses a um ano ou multa.

No âmbito administrativo, dirigir usando o celular ou fones de ouvido é infração média, atualmente. Ferraço sugere separar o uso do celular ao volante e tornar a conduta uma infração gravíssima.

Outros países

Ao justificar a medida, Ferraço diz que o celular é tão perigoso ao volante quanto o álcool e menciona estudos que indicam que um em cada quatro acidentes nos Estados Unidos está associado ao uso do telefone. Ele lembra ainda que o Conselho Europeu de Segurança em Transporte já sugeriu proibição total do uso

de celular por motoristas, mesmo que por meio do viva voz.

“A tendência mundial tem sido de agravar as penalidades para o uso do telefone celular na direção, principalmente para o envio de mensagens de texto, ação que é a mais problemática por aliar três fatores: longo tempo de duração, impossibilidade de o condutor olhar para a via e exigência de coordenação visomotora fina, especialmente nos teclados virtuais em telas de toque”, afirma.

O texto tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça, onde aguarda relatório de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



O uso de celular ao volante poderá ser punido com detenção de até um ano, segundo o projeto que aguarda votação final

Aprovada proposta que reforça cofre de municípios

As mais de 5,5 mil cidades brasileiras poderão ter uma receita adicional de R\$ 2,8 bilhões por ano se for aprovada a proposta de emenda à Constituição que amplia em um ponto percentual o montante da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De autoria de Ana Amélia (PP-RS), a PEC 39/2013 foi votada em segundo turno pelo Senado, em 5 de agosto, e seguiu para a Câmara dos Deputados. O projeto original previa o repasse de dois pontos percentuais, mas o substitutivo aprovado pelo relator, o senador licenciado Armando Monteiro (PTB-PE), reduziu o percentual. Se o texto for aprovado este ano, produzirá efeitos financeiros para 2015 e o valor deverá ser entregue pelo governo federal às prefeituras no mês de julho.

Hoje, o correspondente a um ponto percentual do IPI e do IR é transferido aos municípios no primeiro decêndio de dezembro, para facilitar o fechamento das contas no fim do ano. O restante, 22,5%, é creditado nas contas dos municípios no Banco do

Brasil, ao longo do ano, nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, com base em informações da Receita Federal sobre o comportamento da arrecadação.

Antes de o dinheiro chegar às contas das prefeituras, é feita a dedução de 20% em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Redução

Principal fonte de receita para muitos municípios, o FPM tem caído nos últimos anos. O valor bruto do fundo, que já chegou a quase R\$ 70 bilhões em 2011, deverá ficar em R\$ 66,5 bilhões em 2014, conforme estimativa da Secretaria do Tesouro Nacional.

De acordo com dados levantados pela senadora, na crise financeira global de 2008 a perda nos repasses do FPM foi estimada em R\$ 8,4 bilhões, o que tornou urgente a necessidade de recompor o montante.

— Penso que pouco é melhor que nada. Então, foi um passo significativo para continuarmos nessa batalha, porque os municípios são os primos pobres da Federação — disse Ana Amélia.

Proposta busca derrubar proibição de preço diferenciado para pagamento em cartão. Objetivo é garantir desconto nas compras em dinheiro, mas a ideia divide opiniões

Projeto acende debate sobre custo dos cartões

Tatiana Beltrão

UM PROJETO DE decreto legislativo do Senado abriu um debate nacional sobre os cartões de crédito e débito, formas de pagamento cada vez mais presentes no dia a dia dos brasileiros. Aprovado pelos senadores no início deste mês, o PDS 31/2013 chega à Câmara em meio a polêmica.

A proposta, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), torna sem efeito a Resolução 34/1989, do extinto Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proíbe aos comerciantes estabelecer preço diferenciado de venda para pagamentos em cartão de crédito. O objetivo, afirma o senador, é permitir que o comércio dê desconto nas compras à vista, pagas em dinheiro ou outros meios, como cheque.

Requião argumenta que o custo de operação dos cartões — a chamada taxa de desconto, que no crédito fica em torno de 2,5% a 5% do valor da compra e é paga pelo comerciante às credenciadoras, como Cielo e Redecard — é embutido no preço dos produtos de maneira uniforme, sem diferenciar forma de pagamento. Assim, todos os consumidores pagam mais, mesmo aqueles que não usam cartão. O desconto, que corrigiria essa distorção, tem apoio da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e de outras organizações do setor varejista.

Discordâncias

A ideia, porém, foi entendida de outra forma por entidades de defesa do consumidor. Manifesto assinado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e pela Associação Brasileira de Procons, entre outros órgãos, sustenta que a proposta é um retrocesso, pois compra em cartão é considerada como à vista e a diferenciação de preços é abusiva. Afirma também que o texto pode abrir brecha para aumentos, no caso de pagamento no cartão.

Requião discorda:

— É exatamente o contrário, pois eu autorizo a cobrar menos. Mas isso é jogo de interesses, é o jogo dos cartões: eles



Maioria dos clientes que pagam em dinheiro pede desconto, relata Ênio Pablo, gerente de loja de calçados em Brasília

proíbem que se dê desconto.

A Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, também se posicionou contra o projeto.

— Nossa preocupação é que não há garantia de diminuição de preço e corre-se o risco de haver acréscimo para cartões — explica a titular da secretaria, Juliana Pereira da Silva.

Juliana afirma que, mesmo que seja aprovado, o decreto terá pouco efeito, pois já há um entendimento consolidado (baseado em notas técnicas e no Código de Defesa do Consumidor) de que não pode haver preço diferenciado. Entretanto, a secretária ressalta que a proposta tem papel importante, pois levantou um debate essencial sobre uma questão complexa que precisa ser discutida por todos os envolvidos — a secretaria, o Ministério da Fazenda, órgãos de defesa do consumidor, instituições financeiras e entidades representativas do varejo.

— Não somos insensíveis ao clamor do comércio, que tem uma demanda legítima, pois arca com altas taxas. Mas o consumidor também paga pelo cartão, e não pode ser de novo penalizado. A questão é que o principal foco não está sendo levantado: os altos custos dos pagamentos eletrônicos. As instituições financeiras têm

que se posicionar — defende.

Uma primeira discussão ocorre amanhã: o assunto será tratado em reunião da secretaria com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que integra Procons, Ministério Público e entidades civis.

Mercado crescente

O mercado de cartões de pagamento cresce a um ritmo impressionante no Brasil. A expansão tem ficado em torno de 17% ao ano. Em 2013, chegou a R\$ 853 bilhões o volume transacionado em crédito e débito, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). Hoje 50% dos brasileiros acima de 18 anos têm cartão de crédito.

Pagar com cartão é prático, seguro. Mas essa expansão fabulosa do setor é financiada por toda a população, porque todo produto traz embutido o custo de operação, e quem não usa paga por quem usa, frisa Cécilio Esteves, advogado da CNC. Para ele, a restrição ao preço diferente não se justifica.

— Ela impede a concorrência entre as formas de pagamento. O dinheiro passa a ser desvantajoso, o que cria vantagem competitiva para a indústria do cartão. É por isso que no Brasil se pagam as maiores tarifas de intermediação do mundo.

Esteves contesta os argumentos de que a diferenciação de preço poderia acarretar encarecimento nas vendas no cartão. Ele explica que os custos da operação já estão inseridos nos preços e afirma que o que o comércio quer é poder vender mais barato. Diz que o lojista não precisaria de “desculpa” para aumentar preço, se quisesse, pois o Brasil tem uma economia de livre precificação, em que não há dispositivos para limitar aumentos.

— Então aumentar preço pode, mas dar desconto, não? O Senado teve a coragem de enfrentar esse tema pela óptica correta, que é a do consumidor.

O consultor legislativo do Senado Paulo Springer também acredita que abolir a restrição aumentaria a competição entre os meios de pagamento, o que poderia provocar a redução nas tarifas. Essa foi uma das recomendações do estudo *Mercado de Cartões de Crédito no Brasil*, publicado por ele em 2007. O consultor aborda outra questão relativa ao mercado dos cartões: o subsídio cruzado.

— Os consumidores que não pagam com cartão (em geral, de menor poder aquisitivo) subsidiam aqueles que utilizam o cartão em suas compras.

Essa distribuição de renda “às avessas”, em que o mais pobre subsidia o mais rico, é reafir-

mada em relatório do Banco Central sobre o setor, de 2010.

O argumento também embasa o projeto de Requião. O senador ressalta que o consumidor que compra com cartão paga mais, mas tem compensações, como a milhagem. “Já os mais desafortunados economicamente, que não têm acesso a cartão de crédito, tornam-se obrigados a pagar o mesmo preço pela mesma compra, sem que lhes seja dada qualquer vantagem em troca”, observa.

Descontos velados

Na prática, o desconto já é procedimento comum no comércio, mesmo que velado.

— A grande maioria dos clientes que compram em dinheiro pede desconto. Em geral, é possível dar uma redução de 5% — relata Ênio Pablo, gerente de loja de calçados num shopping de Brasília.

Juliana Pereira da Silva diz que nenhum órgão de defesa do consumidor é contra a pechincha, a negociação; o problema é fixar preço diferente, dependendo do pagamento. A CNC, porém, pondera que oferecer desconto às vezes é um risco para o lojista, que pode ser acusado de prática abusiva. Além disso, os contratos das credenciadoras de cartões com os lojistas têm cláusulas que proíbem a redução de preço para pagamento em dinheiro.

A Abecs não se pronunciou sobre o preço diferenciado, mas afirmou em nota que acompanhará o projeto na Câmara e frisou que o cartão exerce papel cada vez mais importante como pilar “da inclusão financeira e do acesso ao mercado de consumo, sobretudo para as classes emergentes”. Hoje a associação divulga novo balanço do setor. A estimativa para este ano é de que o volume de transações em cartão atinja a marca histórica de R\$ 1 trilhão.

Saiba mais

Vídeo com entrevistas
<http://bit.ly/videoCidadania481>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania

Argumentos a favor e contra o preço diferenciado

A FAVOR

■ O modelo atual é injusto, porque mesmo quem compra em dinheiro paga mais, pois o preço dos produtos já tem, embutido, o custo de operação da venda com cartão. E os consumidores mais pobres são os mais lesados, pois têm menos acesso ao cartão de crédito e aos benefícios oferecidos por eles — como milhagens. Mas como todos pagam a taxa, independentemente da forma de pagamento, os mais pobres acabam subsidiando os mais ricos.

■ A resolução que proíbe o preço diferenciado foi criada em 1989, quando o mercado de cartões ainda era incipiente. Ela buscava impedir o sobrepreço no cartão para torná-lo mais atrativo ao consumidor. O preço maior era defendido pelos comerciantes, pois a inflação chegava a 80% ao mês (foi a 1.700% ao ano, em 1990!). Hoje, essa proibição não estaria protegendo o consumidor, e sim lesando-o.

■ A diferenciação de preço estimula a concorrência entre os meios de pagamento, o que é bom para o consumidor.

■ Sob o ponto de vista legal, a Resolução 34/1989 é inconstitucional, pois o conselho que a editou não tinha poder normativo, de acordo com o parecer ao PDS 31/2013 aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

CONTRA

■ O pagamento com cartão de crédito deve ser considerado pagamento à vista e quem paga com ele tem o mesmo direito a desconto.

■ Ao invés de garantir desconto para quem paga em dinheiro, o preço diferenciado poderia ter efeito oposto, ocasionando sobrepreço nas compras a prazo.

■ O comerciante não pode transferir ao consumidor o custo da operação do cartão. O lojista é responsável pelo ônus do serviço que resolveu contratar.

■ Estimular o pagamento em dinheiro pode ser prejudicial à segurança: pagar com cartão é mais seguro, pois libera o consumidor de andar com dinheiro. Além disso, o cartão pode ser bloqueado ou cancelado, em caso de perda ou furto. E a sonegação poderia aumentar, pois há maior controle fiscal sobre o faturamento obtido nas vendas em cartão.